

**Um levantamento sobre a produção do conhecimento em financiamento da educação infantil**

**A survey on knowledge production in financing early childhood education**

**Una encuesta sobre la producción de conocimiento en la financiación de la educación infantil**

Recebido: 26/11/2020 | Revisado: 29/12/2020 | Aceito: 05/12/2020 | Publicado: 08/12/2020

**Joedson Brito dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4394-9294>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: [jbsantus@mail.uft.edu.br](mailto:jbsantus@mail.uft.edu.br)

**Resumo**

O presente artigo é parte de um estudo de estágio pós-doutoral e tem como objetivo inventariar a produção científica sobre o financiamento da educação infantil (EI), no Brasil, entre os anos de 1989 a 2019, considerando aspectos que indiquem a trajetória das pesquisas e os principais temas investigados. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que reuniu teses, dissertações, livros, capítulos de livros e artigos. Utilizou-se como fonte de dados o Banco de Teses e Dissertações da Capes, a Plataforma SciELO, Google Scholar, a revista da Fineduca e o currículo *Lattes* dos pesquisadores da rede Fineduca. Conclui-se que os estudos sobre o financiamento da EI têm aumentado a partir do contexto de transição do Fundef para o Fundeb, principalmente, no pós Fundeb, mas ainda é incipiente com apenas 8 trabalhos de teses, o que sugere que o campo da pesquisa precisa se consolidar. Os eixos temáticos com maior número de publicação foram: *Política de financiamento da EI e expansão do atendimento; Financiamento da EI e a relação público-privado* e os estudos sobre *Financiamento da EI e as Políticas de Fundo*. Espera-se que o presente estudo possa contribuir com uma visão geral da produção sobre o tema, apontar aspectos poucos explorados, auxiliar o trabalho de futuros pesquisadores, bem como promover o fortalecimento dos estudos sobre o direcionamento dos recursos públicos para EI.

**Palavras-chave:** Financiamento da educação infantil; Produções acadêmicas; Educação Infantil no Fundeb.

## Abstract

This article is part of a post-doctoral internship study and aims to inventory the scientific production on the financing of early childhood education (EI), in Brazil, between 1989 to 2019, considering aspects that indicate the research trajectory and the main topics investigated. It is a bibliographic and documentary research that brought together theses, dissertations, books, book chapters and articles. Capes' Theses and Dissertations Bank, the SciELO Platform, Google Scholar, the Fineduca magazine and the Lattes curriculum of researchers from the Fineduca network were used as data source. It is concluded that studies on EI financing have increased from the context of transition from Fundef to Fundeb, mainly in the post Fundeb, but it is still incipient with only 8 thesis papers, which suggests that the research field needs to consolidate. The thematic axes with the highest number of publications were: EI financing policy and expansion of service; EI Financing and the public-private relationship and studies on EI Financing and Fund Policies. It is hoped that the present study can contribute with an overview of the production on the theme, point out aspects little explored, assist the work of future researchers, as well as promote the strengthening of studies on the targeting of public resources for EI.

**Keywords:** Financing of early childhood education; Academic productions; Child education at Fundeb.

## Resumen

Este artículo es parte de un estudio de pasantía posdoctoral y tiene como objetivo inventariar la producción científica sobre el financiamiento de la educación infantil (IE), en Brasil, entre 1989 y 2019, considerando aspectos que indican la trayectoria de la investigación y los principales temas investigados. Se trata de una investigación bibliográfica y documental que reunió tesis, disertaciones, libros, capítulos de libros y artículos. Como fuente de datos se utilizó el Banco de Tesis y Disertaciones de Capes, la Plataforma SciELO, Google Scholar, la revista Fineduca y el currículum Lattes de investigadores de la red Fineduca. Se concluye que los estudios sobre financiamiento de la IE se han incrementado desde el contexto de transición de Fundef a Fundeb, principalmente en el post Fundeb, pero aún es incipiente con solo 8 trabajos de tesis, lo que sugiere que el campo de investigación necesita consolidarse. Los ejes temáticos con mayor número de publicaciones fueron: política de financiación de la IE y expansión del servicio; Financiamiento de la IE y la relación público-privada y estudios sobre Financiamiento de la IE y Políticas de Fondos. Se espera que el presente estudio pueda contribuir con un panorama de la producción sobre el tema, señalar aspectos poco explorados,

ayudar al trabajo de futuros investigadores, así como promover el fortalecimiento de estudios sobre la focalización de recursos públicos para la IE.

**Palabras clave:** Financiamento de la educación Infantil; Producciones académicas; Educación infantil en Fundeb.

## 1. Introdução

Apesar das primeiras orientações sobre o financiamento da educação no Brasil existir desde os anos de 1930, com os estudos de Anísio Teixeira, o Manifesto dos Pioneiros e da Constituição Federal de 1934, as pesquisas sobre o tema começam a se desenhar nos anos de 1970, no contexto da disseminação e da emergência da Teoria do Capital Humano, no Brasil, e tiveram como protagonistas pesquisadores do campo da Economia. No campo da Educação, os estudos começaram a partir dos anos de 1980, com José Carlos de Araújo Melchior e Vitor Paro. No entanto, foi nos anos de 1990, contexto das alterações promovidas pela Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, regulamentada pela Lei 9.424 de 1996 e da promulgação da Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, que o financiamento da educação passou a se consolidar como campo e objeto de investigação.

No que se refere ao financiamento da educação infantil (EI), tradicionalmente, não se caracterizava como um objeto específico de pesquisa, pois vinha sendo discutido de forma embutida nos estudos sobre as políticas de EI e do financiamento da educação, em geral. As preocupações com os poucos e difusos recursos, com a pouca atenção do estado no provimento educacional da população menor de sete anos, a multiplicidades de instituições responsáveis pelo seu atendimento e a forte atuação de instituições privadas já vinham sendo mencionadas nos estudos e nas pesquisas sobre o atendimento e as políticas para crianças no Brasil, desde o final dos anos de 1970. Essas preocupações, também estiveram presentes nos debates e lutas dos movimentos pro a EI, desenvolvidos a partir desse mesmo período. Todos esses aspectos que pode ser verificado em Kramer (1984), Campos (1979; 1992); Campos e Farias (1989); Campos, Rosemberg e Ferreira (2001), Rosemberg (1989, 2001; 2002; 2013), Franco (1989) e Vieira (1986).

Também é possível encontrar diretrizes, cenários e discussões sobre o financiamento da EI dentro dos estudos sobre o processo de municipalização da educação, sobre impacto ou avaliação a respeito do Fundef e do Fundeb, nos estudos sobre o tema dos custos educacionais e sobre as parcerias e relação público-privado na educação básica, dentre outros temas que versam sobre política, expansão e qualidade da educação. Entretanto, as pesquisas específicas

que tem o financiamento da EI como objeto central permaneciam escassas. Esse aspecto pode ser verificado, num primeiro olhar, quando observamos as pesquisas e os estudos da arte sobre políticas educacionais, sobre as políticas de EI, no Brasil, e, mais particularmente, sobre financiamento da educação.

Monção e Trindade (2019), em estudos sobre a produção acadêmica em políticas para a EI no Brasil, entre os anos de 2000-2010, encontraram apenas 4 trabalhos que abordavam o financiamento o que representa uma lacuna nos estudos na área, frente à necessidade de legitimar o direito à EI. As autoras mencionam outros estudos do tipo mapeamento da produção científica nacional em EI realizados por Rocha, (1999); Rocha; Silva Filho e Strenzel, (2001) e Strenzel, (2000). Esses estudos evidenciaram o aumento das pesquisas e das produções das políticas de EI e contribuem para delinear uma visão abrangente sobre a área. No entanto, não aparece claramente o tema do financiamento da EI. Por exemplo, Strenzel (2000), estudou 348 dissertações e 39 teses publicadas entre 1983 e 1998 e nelas não as questões sobre financiamento da EI não apareceram como objeto de interesses dos estudos.

Quando olhamos as investigações sobre a produção do conhecimento do financiamento da educação, o tema da EI, também, pouco aparece ou não se mostra como objeto de destaque. Gomes et al (2007), por exemplo, fez uma revisão da literatura brasileira sobre o financiamento da educação entre o período de 1988 a 2004, a partir de publicações de livros, artigos e relatórios técnicos. Eles constataram que a produção na área vinha ocupando lugar crescente e de destaque e que, entre os principais temas estudados, estavam a vinculação de recursos, os dispositivos da LDB sobre financiamento da educação e Fundef. Mas quando observamos, nesse estudo, as publicações sobre financiamento da EI, encontramos apenas cinco (5) trabalhos, o que equivale a 2,63% das produções.

Santos (2016) fez uma revisão da produção sobre o financiamento da educação entre os anos de 1996 e 2010, em livros e artigos, e evidenciou que o tema em pauta era mencionado de forma abrangente dentro da educação básica. O autor destacou que os estudos sinalizaram o crescimento e a maturidade das pesquisas sobre financiamento da educação e a necessidade de maior atenção e foco ao financiamento da EI.

Cruz e Jacomani (2017), ao pesquisarem as produções sobre financiamento da educação no período de 2000 e 2010, identificaram apenas 3 trabalhos de dissertações que tratam da EI. Além disso, as autoras apontaram que esses estudos informam que, apesar de haver um aumento de recursos para essa etapa educativa, o atendimento da demanda ainda não é assegurado. As autoras destacaram que os resultados de estudo reforçam as conclusões de trabalhos anteriores como os de Dourado (2006), Oliveira (2006) e Velloso (2001) quanto

à construção e à consolidação desse campo e sobre a necessidade de aprofundarmos algumas lacunas que existem acerca do estudo do financiamento da educação, como, por exemplo, a carência de pesquisas dedicadas “à educação infantil e ao ensino médio e às modalidades educação de jovens e adultos e ensino profissional” (p. 356).

Davies (2014) fez um mapeamento das produções de financiamento da educação no período de 1988 a 2014. Esse é um estudo importante pela abrangência temporal e por abarcar artigos, livros, teses e dissertações. Ao todo, o autor inventariou e apresentou mais de 1.200 estudos sobre financiamento da educação no período. Ao fazer uma busca nessas produções sobre estudos que trataram da EI, encontramos um conjunto de 45 trabalhos que fizeram menção ao financiamento da EI, alguns de forma mais direta e outros de forma mais geral. Desses, 17 tratavam do tema a partir do período de implementação do Fundeb. Nove (9) versaram sobre financiamento da EI e sua relação com a temática do público – privado e (8) fazem menção aos impactos da EI e seu financiamento no pós-Fundeb.

Ao buscar estudos e pesquisas que fizeram levantamento da produção acadêmica, especificamente, sobre o financiamento da EI, encontramos apenas os trabalhos de Mello e Bertagna (2012) e Silva e Brito (2017; 2019). Essas produções, mesmo que consideradas nos seus delineamentos e recortes, indicam a necessidade de investimento em pesquisas nesse tema, mas também representam uma ampliação do interesse por pesquisas sobre o objeto em questão.

Silva e Brito (2019), por exemplo, analisaram os trabalhos sobre financiamento da EI publicados nos anais dos congressos da Anpae, da Anped e Fineduca, no período de 2016 a 2018, e concluíram haver avanços na política de EI, embora existam desafios em relação ao financiamento, à ampliação do atendimento das crianças em creches e pré-escolas, às condições de infraestrutura e ao trabalho docente. No que se refere ao tema em tela constatou-se que, num universo de 764 trabalhos publicados nos anais dos referidos congressos, foram encontradas apenas 17 produções (2,2%).

Desse modo, observa-se que se os estudos sobre o financiamento da EI são escassos, apesar de crescente, mais escassos ainda, são os estudos que mapeiam a produção acadêmica sobre o tema em tela. O presente artigo é parte de um estudo de estágio pós-doutoral e tem como objetivo inventariar a produção científica sobre o financiamento da educação infantil (EI), no Brasil, entre os anos de 1989 a 2019, considerando aspectos que indiquem a trajetória das pesquisas e os principais temas investigados. O estudo pretende cobrir o maior número possível de textos. Por isso, reuniu teses, dissertações, livros, capítulos de livros e artigos científicos sobre o assunto.

Parte-se de um pressuposto de que, com a inclusão da EI no Fundeb, tem acontecido um crescimento dos estudos sobre o financiamento da EI. Contudo, não sabemos se é possível afirmar se existe a constituição de um campo de estudo. Por isso, espera-se que o presente estudo possa contribuir com uma visão geral da produção sobre o tema, apontar aspectos pouco explorados, auxiliar o trabalho de futuros pesquisadores, bem como promover o fortalecimento dos estudos sobre o direcionamento dos recursos públicos para EI.

## **2. Caminho da Pesquisa**

O presente estudo caracteriza-se por ser uma abordagem de natureza qualitativa com elementos quantitativos, pesquisa bibliográfica e documental. Caracteriza-se também como exploratório por objetivar produzir informações sobre o tema investigado, possibilitando compreensão e delineamento (Prodanov; Freitas, 2013). Trata-se de um estudo do tipo “Estado da Arte ou do Conhecimento”, também conhecido como estudos de revisão de produção acadêmica. Como apontado por Vosgerau; Romanowski (2014), esse tipo de pesquisa recebe várias denominações, dentre elas, levantamento bibliográfico, estudo da arte, estado da questão, revisão sistemática, estudo bibliométrico, dentre outras.

Vosgerau; Romanowski (2014) agruparam os diversos tipos de revisões em dois grupos: os que mapeiam e os que avaliam e sintetizam, pois eles têm, entre seus objetivos, mapear, discutir e apresentar as produções de um determinado tema ou objeto de investigação, considerando os elementos de pesquisas e evidenciando as principais tendências e conclusões. Em geral, o levantamento dos dados da pesquisa é realizado a partir de materiais diversos já produzidos e publicados, como livros, revistas, periódicos acadêmicos, textos técnicos, jornais, dissertações, teses, dentre outros.

No caso de nosso estudo, o levantamento teve como fonte o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (Capes), a Plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar, a revista da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e o currículo Lattes dos pesquisadores da rede Fineduca. Utilizamos como descritores as expressões “financiamento da educação infantil”, “custo da educação Infantil”, “Fundef e educação Infantil”, “Fundeb e Educação Infantil” e “educação infantil e convênio”. Cabe destacar que a escolha da Fineduca deve-se ao fato de se constituir associação nacional que agrega todos os pesquisadores que estudam e pesquisam sobre o financiamento da educação no Brasil.

Num primeiro momento, as produções foram reorganizadas em um banco de dados no

Excel, considerando o ano de publicação. Num segundo, todos os resumos foram estudados e 50% dos textos lidos na íntegra. Para leitura dos textos, consideraram-se primeiramente aqueles que não possuíam resumos. Na sequência, os textos foram organizados, levando em consideração eixos temáticos, e caracterizados quanto ao tipo de vínculo. Na caracterização dos eixos, foram observados os objetivos descritos dos resumos e as palavras-chave. Quanto aos textos que não possuíam resumos, observou-se os objetivos explícitos, bem como as considerações e os resultados das produções.

Após levantamento, organização, leitura das produções, pensando na composição do texto, e análise foram elaborados quadros e gráficos, a partir de uma tabela dinâmica. Por fim, categorizamos os principais eixos temáticos e o foco dos estudos. O quadro síntese com as características e trajetória dos estudos será apresentado no tópico a seguir.

O texto não tem pretensão de trazer tudo que já se produziu sobre o tema, devido às limitações das fontes de dados. Além disso, o estudo não considerou trabalhos de conclusão de cursos, nem trabalhos de anais. Primeiro porque, tradicionalmente, a pesquisa e a produção do conhecimento acadêmico científico no Brasil têm sido realizadas nos Programas de Pós-Graduação e disseminadas nos periódicos científicos. Segundo porque, em geral, os trabalhos apresentados nos principais congressos da área são trabalhos em andamentos ou concluídos de pesquisas em mestrados e doutorados.

### **3. Resultados e Discussão**

#### **3.1 Inventário dos estudos bibliográficos sobre o financiamento da educação infantil**

No total deste estudo, conseguimos reunir 129 produções. Dessas, 40 foram artigos de periódicos, 2 livros (um autoral e uma coletânea), 14 capítulos de livro, 13 textos de Anais e 3 textos técnicos. Encontramos ainda 8 teses e 49 dissertações. No Quadro 1, é possível verificar uma síntese do quantitativo das publicações encontradas, considerando as categorias: artigos em periódicos, textos técnicos, texto de anais, livros, capítulos, dissertações e teses.

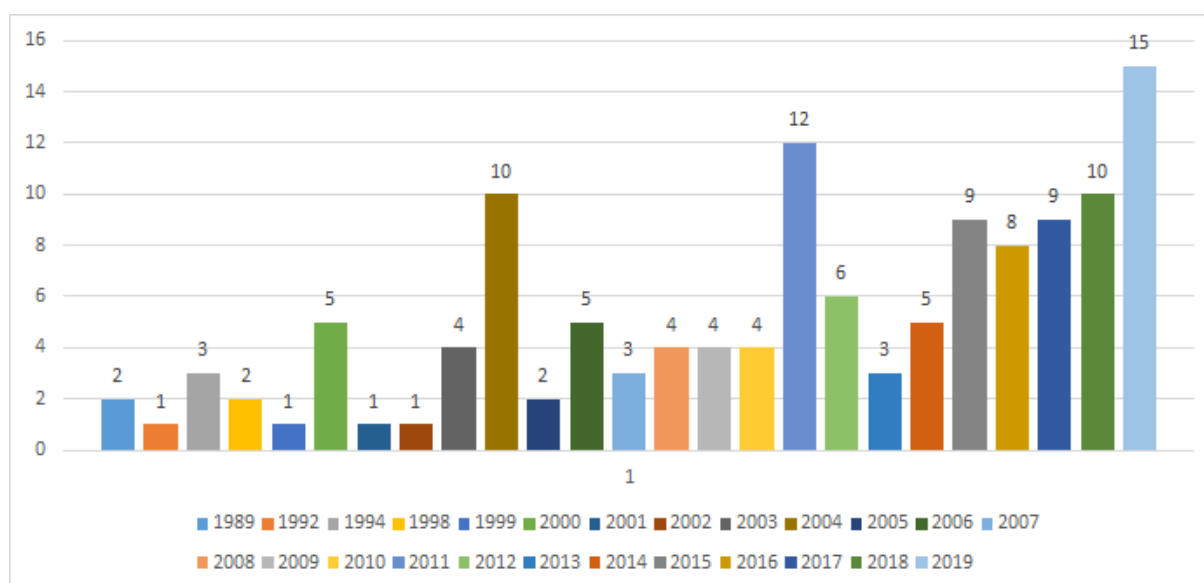
**Quadro 1.** Quadro síntese dos estudos.

CATEGORIAS	QUANTIDADE
Artigos em periódicos	40
Textos técnicos	3
Texto de Anais	13
Livros	2
Capítulos	14
Dissertações	49
Teses	8
<b>Total</b>	<b>129</b>

Fonte: Autor, (2019/2020).

Quando organizamos essas produções por ano podemos facilmente visualizar a trajetória e evolução dos estudos ano a ano, bem como o quantitativo por ano. Vejamos no Gráfico 1 a seguir esses aspectos de forma mais detalhada. Ele nos permite também identificar os anos ou período com mais estudos.

**Gráfico 1.** Síntese das publicações por ano.



Fonte: Autor, (2019/2020).

Quando analisamos as produções, a partir do quadro 1 e da figura 1, podemos destacar dois aspectos importantes. Primeiro, a partir de meados dos anos de 1990, o financiamento da EI começou a entrar no radar das preocupações nacionais dos pesquisadores e estudiosos da



educação, bem como da comunidade em geral e gestores públicos<sup>1</sup>. Nesse contexto, podemos apontar a realização do I Simpósio Nacional de Educação Infantil de 1994, e dos seminários denominados: *LDB e Educação Infantil* e a *Educação Infantil pós LDB*, realizados por pesquisadores integrantes do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, em agosto de 1997 e em dezembro de 1999 respectivamente, marcam a ampliação do debate nacional sobre as políticas para a EI e seu financiamento.

O segundo aspecto é que, a partir dos anos 2000, os estudos começaram a se intensificar, sobretudo, a partir dos anos de 2004. Os anos que tiveram maior número de publicações sobre o tema foram 2004, 2011 e entre os anos de 2015 a 2019

O primeiro aspecto, talvez, esteja vinculado ao contexto pós-mudanças da Constituição Federal de 1988 que trouxe grandes avanços para a EI e da promulgação da Lei 9.394/1996 com a elevação desse segmento à primeira etapa da educação básica, à defesa da responsabilização dos municípios e, por conseguinte, à transição das matrículas de EI para os sistemas municipais de ensino. No entanto, foi a partir da aprovação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef), em 1996, que não considerou a EI como prioridade no financiamento, bem como do debate em torno da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que incluiu 25 metas para a EI, que o tema começou a ganhar maior atenção na pauta política e acadêmica.

O segundo aspecto, talvez, esteja atrelado ao momento de transição do Fundef para o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (regulamentado pela Lei nº 11.494/2007), com as discussões em torno da inclusão da EI no Fundeb. A aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, da Lei nº 12.796/2013 e da Lei nº 13.005/2014 que criou o Novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Todos esses aspectos acabam por colocar ao centro do debate o tema do Financiamento da Educação e, por conseguinte, vão contribuir para que o tema do Financiamento da EI seja mais discutido. Contudo, é importante afirmar que o contexto da inclusão da EI no Fundeb, bem como as alterações ocasionadas a partir de ações, programas e políticas de indução ao atendimento, colocaram a EI e seu financiamento na mesa do debate e, por conseguinte, no campo visual de pesquisadores, ampliando o interesse de estudiosos pelo tema.

---

<sup>1</sup>Antes desse período, as publicações que abordaram esse tema eram ínfimas, mas podemos destacar os estudos de Ferrari (1988), Rosenberg (1989), Campos (1989) e Franco (1989) que deram uma atenção mais particular ao tema dos recursos para o atendimento educacional das crianças menores de sete anos.

Para melhor caracterização desse inventário de produções acadêmicas foi necessário identificarmos onde elas tinham sido publicadas ou vinculadas. Para melhor entendimento e análise separamos as publicações das dissertações e teses das demais. No Quadro 2 colocamos os demais estudos, por exemplo, (artigos, livros, capítulos). No Gráfico 2 colocamos teses e dissertações e as respectivas instituições de ensino superior onde foram desenvolvidas. Ver a seguir o Quadro 2 e na sequência o Gráfico 2.

**Quadro 2.** Quadro síntese principais instituições e os veículos das publicações diversas.

<b>REVISTA/LIVRO/CAPÍTULO</b>	<b>Quant</b>
Cadernos de Pesquisa	3
Retratos da escola	2
Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	3
Fineduca	6
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	3
Revista Iberoamericana de educacion.	1
Revista Exitus	1
Eccos: Revista Científica	2
Educação e Políticas em Debate	1
Revista contemporânea de educação	2
Revista Pesquisa e Debate em Educação	1
NOTANDUM (USP)	1
<b>REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO</b>	1
Em Aberto	1
Revista Brasileira de Educação	1
Revista Brasileira de Educação do Campo RBEC	1
Educação em Revista	2
Educação: Teoria e Prática	1
Jornal de Políticas Educacionais	1
Roteiro (UNOESC)	1
Evidência	1
Inter-Ação	1
Laplage em Revist	2
Revista e-Curriculum	1
Texto - Anais I Simpósio Nacional de Educação Infantil. 1994.	3
Texto - Anais Simpósio Educação Infantil: construindo o presente. 2003	3

Cadernos ANPAE	1
Cadernos ANPED	2
Seminário <i>LDB e Educação Infantil e Educação Infantil pós LDB</i> - Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas	4
Livros	2
Capítulos	14
Texto para Discussão Ipea e Consultoria Legislativa	3

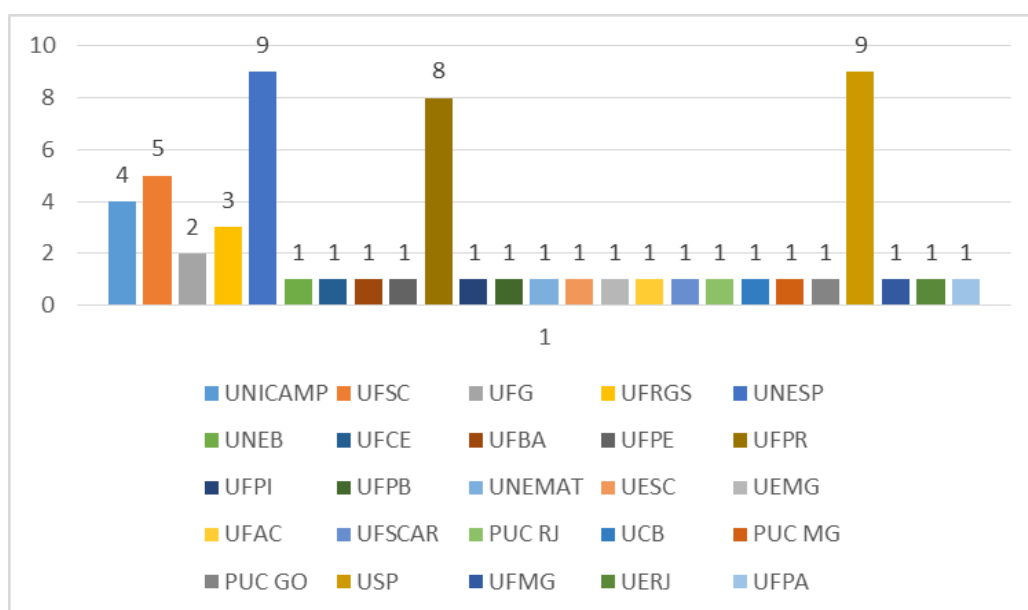
Fonte: Autor, (2019/2020).

O Quadro 2 indica que a revista da Fineduca vem se configurando como o principal periódico para a divulgação dos estudos sobre o financiamento da EI, em seguida podemos observar que o maior número de publicações está na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação e nos Cadernos de Pesquisa, todas elas com 3 publicações no período analisado. É possível observar também a existência de 1 livro autoral, 1 livro coletânea e 14 capítulos de livros, desses capítulos, 10 estão na coletânea.

Quanto aos textos de anais, mesmo não pertencendo aos critérios de levantamento das produções, no processo de busca foram encontrados 13 textos. No entanto, por se tratarem de textos clássicos, produzidos por grandes referências do campo da educação infantil, apresentados em eventos e com foco na abordagem do tema não poderiam ficar de fora do inventário da pesquisa.

No caso das teses e dissertações, as pesquisas se concentram nos Programas de pós-graduação do Sudeste e do Sul do país, mas, aos poucos, começam a se espalhar pelos programas nos demais estados do país. A Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), são as instituições com maior tradição em se ocupar do tema. Vejamos no Gráfico 2 um panorama do quantitativo de teses e dissertações e as respectivas instituições onde foram defendidas.

**Gráfico 2.** Teses e dissertações e as Instituições de Ensino Superior (IES).



Fonte: Autor, (2019/2020).

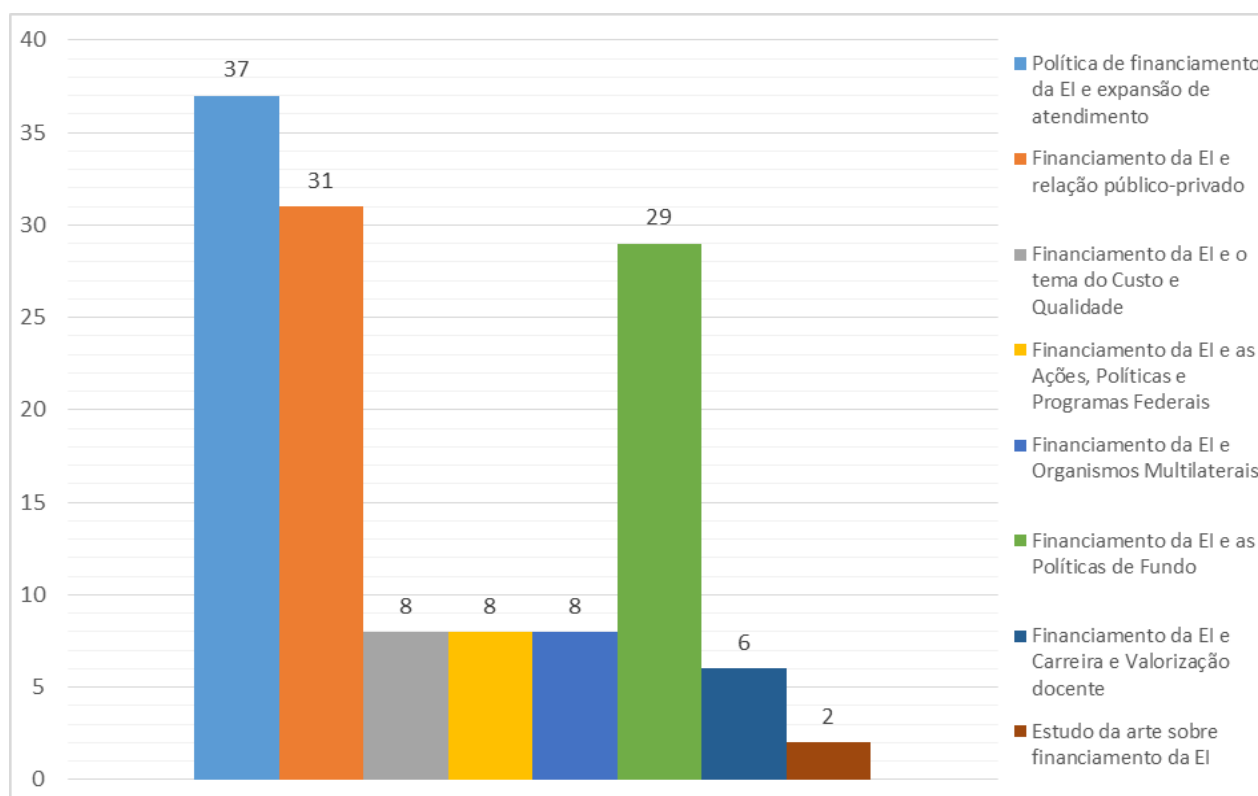
Após leitura, organização e análise das produções edificamos uma diversidade de temas. Contudo, em um primeiro exercício de síntese, categorizamos as produções em oito temas principais. São eles: *Política de financiamento da EI e expansão de atendimento; Financiamento da EI e relação público-privado; Financiamento da EI e o tema do Custo e Qualidade; Financiamento da EI e as Ações, Políticas e Programas Federais; Financiamento da EI e Organismos Multilaterais; Financiamento da EI e as Políticas de Fundo; Financiamento da EI e Carreira e Valorização docente e Estudo da arte sobre financiamento da EI.*

Esses temas se articulam e por vezes estão imbricados um no outro. Nossa subdivisão deve-se a questões didáticas para melhor compreensão da trajetória e das tendências das pesquisas. As publicações alocadas no eixo *Política de financiamento da EI e expansão de atendimento*, por exemplo, poderiam ser realocadas em, pelo menos, (2) dois outros eixos. Além disso, os estudos dos eixos 6 e 7, em geral, estão articulados diretamente com os temas do eixo 1 ou do eixo 5. Contudo, considerando o objetivo deste artigo, é importante mostrar, de forma mais ampla, os temas predominantes no estudo do financiamento da EI.

Esses eixos temáticos se inter cruzam como também, por vezes, envolvem outras discussões como, por exemplo, a questão da judicialização, o tema do pacto federativo, das desigualdades e da gestão da EI. No entanto, por questão didática e para uma melhor compreensão da trajetória das pesquisas e estudos, foi necessário agrupá-las e, para isso,

escolhemos, como critério, identificar o objetivo central e as palavras-chave dos resumos. Como já apontado, para os textos que não possuíam resumos observou-se os objetivos explícitos, bem como as considerações e resultados das produções. O Gráfico 3, a seguir, nos ajuda a visualizar a sistemática do tema estudado.

**Gráfico 3.** Sistematiza os principais temas estudados.



Fonte: Autor, (2019/2020).

No total, as produções foram agrupadas em oito eixos temáticos. O eixo temático com maior número de publicação foi sobre *Política de financiamento da EI e expansão do atendimento*, com 37 produções. Em segundo lugar, o tema sobre *Financiamento da EI e a relação público-privado*, com 31 publicações. A terceira posição ficou com o estudo sobre *Financiamento da EI e as Políticas de Fundo*, com 29 produções. Os eixos *Financiamento da EI, Custo e Qualidade*, *Financiamento da EI e as Políticas e Programas Federais*, e, o *Financiamento da EI e Organismos Multilaterais*, cada um tiveram 8 trabalhos. O tema do *Financiamento da EI, Carreira e Valorização docente*, 6 estudos e o eixo *Estudo da arte sobre financiamento da EI*, com 2 pesquisas.

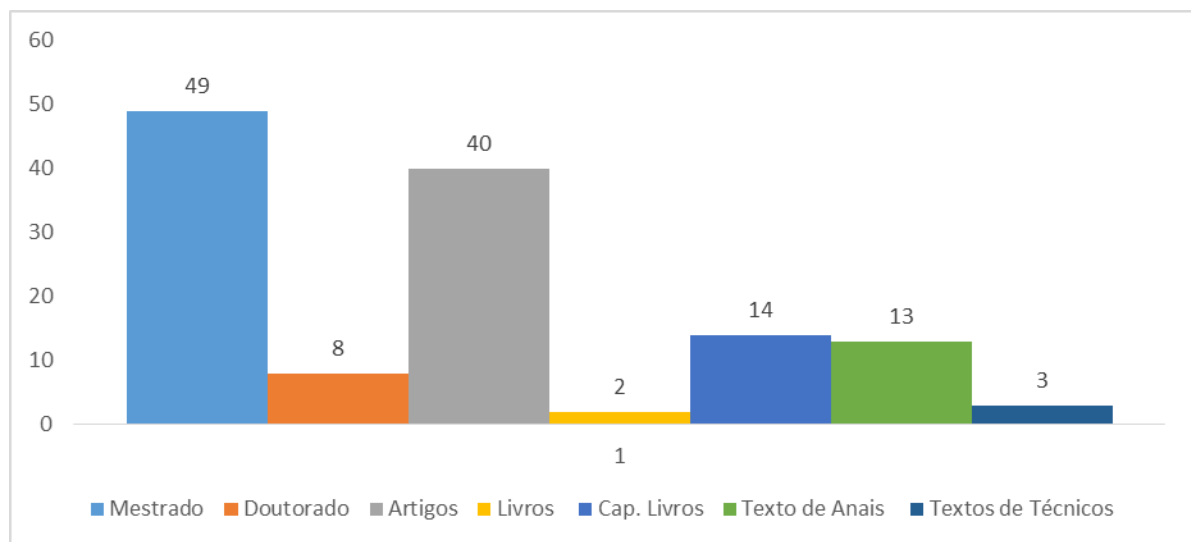
A análise dos resultados sugere um aumento dos estudos e da atenção por parte dos pesquisadores em relação ao financiamento da EI, mas ainda não há clareza e articulação

entre esses estudos e seus respectivos pesquisadores, nem há exatidão quanto à configuração de um campo específico de estudo.

Os trabalhos encontrados e analisados foram produzidos num recorte temporal de praticamente 30 anos. Nesse período foram encontradas apenas 8 teses que se dedicaram ao tema e todas produzidas a partir de 2015. Nesse caso, percebemos que é preciso ampliar as pesquisas de doutorado, pois é no doutorado que as investigações dão os passos para sua consolidação e/ou amadurecimento. No entanto, é importante expor que, a presença de estudos de tese pode sinalizar o início de um amadurecimento, constituição ou configuração de um nicho de pesquisa. Só os artigos não confirmam ampliação do interesse pelos estudos em financiamento da EI. O principal campo de produção do conhecimento e pesquisa no Brasil, ainda é a pós-graduação *stricto sensu* e as pesquisas de doutorado representam o caminho para o amadurecimento das pesquisas.

O Gráfico 4 apresenta um desenho das publicações considerando cada categoria e nos ajuda a dimensionar o conjunto das produções, mas não garante uma compreensão dos resultados desses estudos, nem dos aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas. Sobre esses aspectos, é necessário o aprofundamento e outros estudos sobre esse tema.

**Gráfico 4.** Sínteses das publicações considerando cada categoria.



Fonte: Autor, (2019/2020).

Em seu conjunto, o presente artigo faz um inventário das produções sobre financiamento da EI, mapeando os estudos, categorias ou formas, vínculos institucionais, ano de publicação e principais temas discutidos. No link <https://drive.google.com>

/drive/u/0/folders/1TImM2fTjZ31Td4rfYr4MzVnymW1UGo4A disponibilizamos um arquivo com as referências das produções levantados neste estudo, para que sejam consultadas e exploradas por interessados no tema.

#### 4. Considerações Finais

Neste estudo apresentamos de forma panorâmica e na modalidade de inventário de pesquisa a trajetória das produções acadêmicas sobre o Financiamento da EI considerando um período de 30 anos. Objetivou-se fornecer um desenho das produções com os principais temas pesquisados, anos de produções e instituições vinculadas. Um segundo objetivo foi fornecer aos estudiosos do tema um conjunto do que se tem produzido sobre a temática, de modo que cada pesquisador possa ampliar seus estudos de acordo com seus interesses. Por fim, a intenção também foi contribuir para que o tema do financiamento da EI ganhe mais espaço no campo do financiamento, sobretudo, como estratégia para (re)pensar o Pacto Federativo, a EI no processo de regulamentação e implementação do Novo Fundeb, bem como os municípios podem ter mais recursos para assegurar o direito à educação das crianças de 0 a 5 anos de idade. O financiamento da EI deve ser central e estratégico no contexto das políticas educacionais atuais. Cenário de decréscimo populacional, de ampliação das desigualdades que afetam principalmente, as crianças negras, indígenas, pobres e que têm menos acesso à creche.

Ao todo, encontramos, 129 produções em diversas categorias desde teses a textos técnicos. Os primeiros trabalhos foram resultados de eventos nacionais que começaram a pôr em debate a política de financiamento da EI. Tantas as produções de 1989, 1994, e a maior parte das produções dos anos de 2000, 2003 e 2004 foram resultados de importantes eventos nacionais que tiveram o financiamento da EI como um dos temas centrais.

Outros aspectos relevantes do estudo: o debate e a produção começam a se acentuar num contexto marcado pela Política de Fundo (Fundef e Funbeb), com ampliação das produções no cenário pós Fundeb. Os eixos temáticos com maior número de publicação foram a *Política de financiamento da EI e expansão do atendimento*, o tema sobre *Financiamento da EI e a relação público-privado* e os estudos sobre *Financiamento da EI e as Políticas de Fundo*. No caso das teses e dissertações, as pesquisas se concentraram nos Programas de pós-graduação do Sudeste e do Sul do país, mas, aos poucos, começam a se espalhar pelos programas de pós-graduação nos demais estados do país. Apesar do aumento da atenção com este objeto de pesquisa falta clareza quanto à configuração de um campo específico de estudo

e os trabalhos de teses ainda são ínfimos pois praticamente em 30 anos foram defendidas apenas 8 teses.

Desse modo, acreditamos que apesar das possíveis contribuições para as pesquisas sobre o tema o presente inventário nos ajuda a dimensionar a trajetória, tendências e características importantes das produções, mas não assegura aprofundamento quanto aos principais resultados das pesquisas e os aspectos teóricos e metodológicos. Por isso, recomendamos aprofundamento sobre o tema.

Defendemos a necessidade de maior atenção, estudos sobre financiamento da EI e a consolidação das pesquisas nesse campo como estratégia fundamental para discutir a política de financiamento da educação, alcance das metas do PNE, revisão do Pacto Federativo, aumento do aporte de recursos municipais, bem como redução da pobreza e das desigualdades. Sem dúvida as discussões em torno do novo Fundeb e sua regulamentação e implementação trarão novo impulso ao tema.

## **Referências**

Campos, M. M., Rosemberg, F, Ferreira, I. M. (2001). Creches e Pré-escolas no Brasil. São Paulo, Cortez.

Campos, M. M. (1979). Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, (28), 53-59.

Campos, M. M. (1992). Atendimento à infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. In: Cadernos de Pesquisas nº 82. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, agosto de 1992, 5- 20.

Cruz, R. E & Jacomani, A. J. (2017). Produção acadêmica sobre financiamento da educação:2000-2010. Rev. bras. Estud. pedagog, Brasília, 98(249), 347-370.

Davies, N. (2014). Levantamento Bibliográfico sobre Financiamento da Educação no Brasil de 1988 a 2014. Educação em Revista, Marília, 15(1), 91-162.



Dourado, L. F. (2006) Financiamento da educação no Brasil: aportes teóricos e a construção de uma rede de pesquisadores. In: Gouveia, A. B., Souza, R., Tavares, T. M. (Orgs.). Conversas sobre financiamento da educação no Brasil. Curitiba: Ed. da UFPR, 27-40.

Faria, A. L. G & Campos, M. M. (1989). Financiamento de Políticas Públicas para crianças de 0 a 6 anos. Cadernos ANPEd (nova fase). (1), 19.

Franco, M. A. C. (1989). Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças “carentes” de 0 a 6 anos de idade. In: Rosemberg, F. (Org.) Creches. São Paulo: Cortez. 179-215.

Ferrari, A. R. (1988). Evolução da educação pré-escolar no Brasil no período de 1968 a 1986. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: 69(161), 55-74.

Gomes, C. A., Carnelli, B. L., Jesus, W. F., Leal, H. B. (2007). O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. RBP AE – 23(1), 29-52.

Kramer, S. (1984). A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. (6a ed.) São Paulo: Cortez.

Mello, L. R, Bertagna, R. H. (2012). A educação infantil: reflexões a partir do tema do financiamento e conveniamento em periódicos nacionais. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 29, 97-114.

Monção, M. A. G., Trindade, S. A. (2019). A produção acadêmica em políticas para a educação infantil no Brasil (2000-2010). Jornal de Políticas Educacionais. 13(7).

Oliveira, R. P. (2006) Financiamento da educação no Brasil: um estado da arte provisório e algumas questões de pesquisa. In: Gouveia, A. B, Souza, R., Tavares, T. M. (Orgs.). Conversas sobre financiamento da educação no Brasil. Curitiba: Ed. da UFPR. 13-26.

Prodanov, C. C, Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. (2a ed.), Rio Grande do Sul: Universidade Feevale.

Rocha, E. A. C. (1999). A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Rocha, E. A. C., Silva Filho, J. J., Strenzel, G. R. (Org.). (2001). Educação infantil (1983-1996). Coordenação de Eloisa Acires Candal Rocha. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped.

Rosemberg, F. (1989) Zero a seis: desencontro de estatísticas e atendimento. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: (71), 36- 48.

Rosemberg. F. (2001). A avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. Revista Brasileira de Educação, (16), 19-26.

Rosemberg. F. (2002). Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, (115), 25-64.

Rosemberg. F. (2013). Políticas de educação infantil e avaliação. Cadernos de Pesquisa, 43, 44-75.

Santos, A. S. R. (2016). O Financiamento da Educação no Brasil: o Estado da Arte e a Constituição do Campo (1996 a 2010). Unifal em Pesquisa. São Paulo SP, 6(1), 245-272, jan.

Silva, F. R., Brito, J. E. (2017). Financiamento educacional e valorização docente na educação infantil. 2017. Revista Pesquisa e Debate em Educação.

Silva, F. R., Brito, J. E. (2019). Financiamento da educação infantil: rumos da produção do conhecimento na Anpae, Anped e Fineduca (2016 a 2018). Revista Pesquisa e Debate em Educação. 9(2) (2019).

Strenzel, G. R. (2000). A produção científica sobre educação infantil no Brasil nos programas de pós-graduação em Educação. In: Reunião anual da Anped, 23, 24-28 set. 2000, Caxambu. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: Anped. Recuperado de <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0710t.PDF>>.

Velloso, J. (2001). Pesquisas no país sobre financiamento da educação: onde estamos? In: Wittmann, L. C., Gracindo, R. V. (Coords.). O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil 1991 a 1997. Brasília: Inep. 63-74.

Vieira, L. M. F. (1986). Creche no Brasil: de Mal necessário a lugar de compensar carências: rumo à construção de um projeto educativo. 1986. Belo Horizonte. 1986. Dissertações (mestrado em educação). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Vosgerau, D. S. R., Romanowski, J. P. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, 14(41), 165-189.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Joedson Brito dos Santos – 100%